

## **PERFIL DEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL POR MUNICÍPIO BRASILEIRO**

### **DEMOGRAPHIC PROFILE OF WORKERS IN THE MUNICIPAL PUBLIC SECTOR BY BRAZILIAN MUNICIPALITY**

### **PERFIL DEMOGRÁFICO DE LOS TRABAJADORES DEL SECTOR PÚBLICO MUNICIPAL POR MUNICIPIO BRASILEÑO**

Elaine Cristina Gama dos Santos<sup>1</sup>  
Cristiane Silva Corrêa<sup>2</sup>

Artigo recebido em setembro de 2021

Artigo aceito em novembro de 2021

#### **RESUMO**

Este trabalho analisa o perfil demográfico dos trabalhadores do setor público municipal no Brasil, em 2018. Para tanto utilizou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2018), a base de dados Munic (IBGE, 2019) e a Demonstração do Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) (SPREV, 2020). Como principais resultados têm-se que mais da metade dos trabalhadores é composta por mulheres e quase 50% trabalham nas áreas da educação ou da saúde. Além disso, foi possível analisar variáveis demográficas referentes a esses trabalhadores, tais como sexo, idade, idade de início de contribuição e proporção de professores.

**Palavras-chave:** Perfil demográfico. Trabalhadores do setor público. Municípios.

#### **ABSTRACT**

This work analyzes the demographic profile of workers in the municipal public sector in Brazil in 2018. For this purpose, data from the Annual Social Information Report (RAIS, 2018), the Munic database (IBGE, 2019) and the Demonstration were used. of the Actuarial Valuation Results (DRAA) (SPREV, 2020). The main results are that more than half of the workers are women and almost 50% work in the areas of education or health. In addition, it was possible to analyze demographic variables related to these workers, such as gender, age, age at which contributions began and the proportion of teachers.

**Keywords:** Demographic profile. Public sector workers. Municipalities.

---

<sup>1</sup> Mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: elaine.santos.114@ufrn.edu.br.

<sup>2</sup> Professora e Pesquisadora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: cristianecorrea.ufrn@gmail.com.

## RESUMEN

Este trabajo analiza el perfil demográfico de los trabajadores del sector público municipal en Brasil en 2018. Para ello, se utilizaron datos del Informe Anual de Información Social (RAIS, 2018), la base de datos Munic (IBGE, 2019) y la Manifestación de los Resultados de Valoración Actuarial (DRAA) (SPREV, 2020). Los principales resultados son que más de la mitad de los trabajadores son mujeres y casi el 50% trabaja en las áreas de educación o salud. Además, fue posible analizar variables demográficas relacionadas con estos trabajadores, como sexo, edad, edad de inicio de cotizaciones y proporción de docentes.

**Palabras clave:** Perfil demográfico. Trabajadores del sector público. Municipios.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento populacional vivenciado pelo Brasil acarreta mudanças populacionais que modificam as demandas por serviços públicos específicos, tais como os de educação, saúde, previdência. A população de trabalhadores do setor público, que oferecem esses serviços, por sua vez, também passa pelo processo de envelhecimento, saindo da situação de ativo e tornando-se elegíveis a benefícios como o de aposentadoria. Mudanças no quadro desses trabalhadores podem afetar a execução e oferta de serviços públicos essenciais, como os de educação e saúde. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil demográfico da população de trabalhadores do setor público municipal no Brasil em 2018. Para tanto, utilizou-se dados de trabalhadores públicos municipais da Rais (2018) em conjunto com dados do DRAA (SPREV, 2020), da Secretaria de Previdência, e da base Munic (IBGE, 2019). Os trabalhadores do setor público municipal, neste estudo, dizem respeito tanto aos servidores públicos (os servidores estatutários contratados por meio de concursos públicos) quanto aos demais trabalhadores do setor público municipal que abrangem os trabalhadores temporários e os empregados públicos (trabalhadores não estatutários), da Administração Pública direta e indireta.

As mudanças demográficas nas populações de jovens, adultos e idosos alteram a estrutura etária populacional, gerando desafios na gestão de recursos e disponibilidade de serviços públicos para essas populações. Essas mudanças provocam, dentre outras coisas, mudanças nas demandas por serviços essenciais, como educação, saúde e assistência. Dado esse contexto de mudanças demográficas, o que se espera, de acordo com Santos *et al.* (2017a), é que ocorram mudanças também no quadro de servidores públicos (trabalhadores do setor público com vínculo estatutário), uma vez que tais mudanças afetam não apenas a previdência desses servidores, mas também a demanda por serviços públicos. Espera-se, com isso, uma redução no quadro de servidores ativos (SANTOS *et al.*, 2017b), devido ao envelhecimento dessa população. Entretanto, a redução no número de servidores ativos em áreas específicas, como saúde, educação e segurança pública, pode prejudicar o funcionamento da máquina pública (SANTOS *et al.*, 2017b).

Os estados e municípios deverão manter os servidores em um quantitativo que garanta, por um lado, o suprimento de tais demandas e, por outro lado, a gestão dos recursos previdenciários a fim de garantir os benefícios de seus servidores (SANTOS *et al.*, 2017b). Com isso, têm-se dois propósitos: a manutenção de serviços essenciais à população e a manutenção de um quantitativo de servidores possível de ser gerido pelos entes, de modo a alcançar o equilíbrio fiscal e atuarial dos sistemas previdenciários desses municípios. Neste sentido, Schettini, Pires e Santos (2018) analisaram como políticas de reposição de servidores

públicos podem afetar o tamanho da folha de pagamentos no âmbito do serviço público federal. Com base em seus resultados os autores sugerem que, devido às mudanças na estrutura etária populacional, um volume significativo de servidores se tornará elegíveis a benefícios de aposentadoria nas próximas décadas, o que elevará os gastos públicos com benefícios previdenciários e demandará a reposição desses servidores.

Com base no exposto, considera-se relevante a análise do perfil dos trabalhadores do setor público municipal, tanto no que diz respeito ao seu volume, quanto no que se refere à sua composição por sexo, idade e categorias profissionais. Os resultados dessa análise podem sugerir em quais municípios e categorias profissionais a demanda por reposição desses trabalhadores tende a ser maior ou menor nos próximos anos, devido ao envelhecimento dessa população e/ou ao aumento na demanda por serviços públicos municipais.

Espera-se, portanto, que os resultados deste trabalho contribuam para o planejamento municipal em relação a políticas públicas de contratação de pessoal, previdência, educação e saúde realizada pelos municípios brasileiros, e para o aprimoramento do serviço público com foco na necessidade e na qualidade de oferta de serviços à população. Ao mesmo tempo, evidencia-se, pelos resultados aqui apresentados, a estreita relação entre demografia e política pública.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Inicia-se o referencial teórico pelas mudanças demográficas e demandas por políticas públicas.

### **2.1 Mudanças demográficas e demandas por políticas públicas**

As interações e mudanças nos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração - são refletidas no crescimento da população humana (NIELSEN, 2016) e, dentro do processo de transição demográfica, têm como principal consequência o envelhecimento da estrutura etária populacional. No Brasil, o processo de transição demográfica se iniciou a partir da metade do século XX, sendo as primeiras evidências do declínio da fecundidade observadas na década de 1970 (PAIVA; WAJNMAN, 2005), ocorrendo posteriormente ao processo de declínio da mortalidade. Esse processo acarretou profundas mudanças na estrutura etária da população, de forma que a população anteriormente jovem (com base da pirâmide etária larga e topo estreito) vem transformando-se em uma população com percentual de indivíduos com mais de 60 anos cada vez mais significativo (com base da pirâmide etária estreita e topo largo) (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

De acordo com as projeções do IBGE (2018a), espera-se que a população brasileira chegue às cifras de 211,8 milhões de pessoas em 2020 e 224,9 milhões em 2030. A proporção da população idosa em relação à população total deve chegar a 9,8% em 2020 e 13,5% em 2030, enquanto para as populações adulta e jovem essa medida deve diminuir de 69,3% em 2020 para 67,5% em 2030, para a população adulta, e de 20,9% em 2020 para 19% em 2030, para a população jovem. Até a década de 2050 a população deve apresentar crescimento positivo, mas a partir de 2060 os resultados das projeções mostram declínios populacionais. Entretanto, apesar da queda esperada do volume populacional entre 2050 e 2060, a população

idosa continuará a crescer, sendo o declínio da população total determinado pelo declínio das populações jovem e adulta.

Esse processo de mudanças populacionais ocorre de forma desigual entre os municípios. Nos municípios das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, o declínio da fecundidade foi evidenciado mais tardiamente, entretanto, ocorreu de modo mais acelerado, em comparação aos municípios das demais regiões do Brasil (FERNANDES; GONÇALVES; SANTOS, 2016). Do mesmo modo, a queda da mortalidade também foi evidenciada de modo mais acelerado nessas regiões. Ademais, localidades da região Sudeste apresentaram-se, historicamente, como as principais receptoras de fluxos migratórios, enquanto localidades da região Nordeste caracterizaram-se como as principais regiões de origem desses fluxos, o que também afetou o crescimento e a estrutura etária da população dos municípios. O resultado desse "descompasso do grau de transição" é que as localidades das regiões Sul e Sudeste encontram-se mais avançadas no processo de transição demográfica (FERNANDES; GONÇALVES; SANTOS, 2016).

Mudanças populacionais que resultam no declínio da população e em mudanças na estrutura etária têm impactos em demandas sociais da população, principalmente nas áreas da educação, saúde e previdência (MOREIRA, 2014). Desta forma, o envelhecimento populacional, ou até mesmo o declínio populacional são desafios para os governantes, tanto das esferas federal, estadual quanto municipal. No caso dos municípios - entes menores e mais dependentes de transferências governamentais das esferas superiores (MEDEIROS *et al.*, 2017) -, o desafio torna-se ainda maior. Assim, políticas públicas, que têm por objetivo garantir os direitos dos cidadãos, devem considerar tais mudanças (MARTINS, 2010), de modo a conhecer o tamanho e os indicadores da população-alvo (RIOS-NETO; MARTINE; ALVES, 2009), uma vez que esses indicadores podem auxiliar na determinação da demanda por serviços públicos e, conseqüentemente, de trabalhadores públicos.

Dado o exposto, é relevante conhecer o volume e o perfil demográfico da população de trabalhadores do setor público. No nível municipal, atenção especial deve ser voltada a essas mudanças, dada a heterogeneidade espacial e demográfica entre os municípios. As demandas sociais podem se diferenciar por áreas de atuação - educação, saúde, entre outras, afetando a demanda por esses trabalhadores.

## 2.2 Políticas públicas de educação

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 1988) determina que os municípios são responsáveis, prioritariamente, por ofertar serviços públicos de educação infantil e fundamental, enquanto os estados são responsáveis, prioritariamente, pelas etapas de ensino fundamental e médio. As etapas de ensino de responsabilidade dos municípios abrangem principalmente os indivíduos de até 15 anos de idade: o serviço de educação infantil, no geral, atende crianças de até 5 anos de idade, e no ensino fundamental, as idades variam entre 6 e 15 anos de idade.

A literatura sobre transição demográfica demonstra que o declínio da população jovem, população entre 0 e 14 anos de idade, favorece o estabelecimento de políticas voltadas à educação, uma vez que a redução dessa população, no geral, reduziria a demanda por serviços de educação, favorecendo a melhoria da qualidade do ensino e a universalização da cobertura escolar (BRITO, 2007; RIOS-NETO; MARTINE; ALVES, 2009). Essas mudanças afetariam, portanto, a demanda por matrículas escolares.

Neste sentido, os dados do Censo Escolar de 2018 (INEP, 2018) mostram que, considerando as escolas municipais, estaduais, federais e privadas, no Brasil, em 2018, as proporções de matrículas são maiores entre os alunos de 6 a 14 anos de idade (variando entre 94 e 97%). Até os 4 anos de idade, as proporções variam entre 5 e 82%, sendo crescente ao longo dessas idades. Entre 4 e 10 anos as proporções variam entre 82 e 97%. Entre 11 e 14 anos essas proporções são maiores que 95%, o que indica que mais de 95% da população com idades entre 11 e 14 anos estava matriculada em alguma instituição de ensino, municipal, estadual, federal ou privada. Entre 15 e 17 anos, a proporção de matrículas varia entre 72% e 92%, sendo decrescente ao longo dessas idades. A partir dos 18 anos a proporção de matrículas por idade decresce a partir de 37% (na idade 18). As maiores proporções de indivíduos não matriculados são evidenciadas nas três primeiras idades e a partir dos 19 anos. Até os 13 anos de idade, as maiores proporções de matrículas escolares são de escolas municipais. A partir dessa idade, os maiores valores para essa medida são correspondentes às matrículas estaduais.

Considerando apenas as instituições públicas municipais, entre 0 e 4 anos de idade, quando as crianças frequentam creches e pré-escolas, a proporção de indivíduos matriculados variou de 3% a 62%, sendo menor nas primeiras idades. Entre 5 e 14 anos, quando as crianças e adolescentes frequentam o ensino fundamental, essa medida variou de 38% a 69%, sendo maior aos 5 anos de idade e menor aos 14 anos de idade. Observou-se que, apesar de a prioridade do ensino infantil e fundamental ser do município, apenas 46,4% da população de 0 a 14 anos estava matriculada em escolas públicas municipais, estando os demais indivíduos distribuídos em escolas estaduais (14,7%), federais (0,1%), privadas (15,9%) ou até mesmo não matriculados em alguma dessas instituições (22,9%).

No contexto de envelhecimento da estrutura etária, Morales (2015) acredita que a população em idade escolar está apresentando transferências de idades mais jovens para idades mais avançadas. Essas transferências afetam a demanda por esse serviço, que é refletida no número de matrículas. Para o Brasil, a evolução da proporção de matrículas em cada etapa de ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e EJA), conforme dados do Censo Escolar (2013 a 2018), mostra que houve uma redução do número de matrículas em todas as etapas de ensino, exceto no ensino infantil, que passou de 5,3 milhões, em 2013, para 6,3 milhões, em 2018 (INEP, 2019), apresentando um crescimento de 17,6%. A etapa de ensino médio é a que apresentou o menor quantitativo de matrículas no âmbito municipal, sendo sua competência abrangida majoritariamente pelos estados. Nessa etapa de ensino o número de matrículas passou de 62,8 mil, em 2013, para 41,7 mil, em 2018. Essas mudanças no número de matrículas afetam a demandas por investimentos em profissionais da educação.

A etapa de ensino infantil é formada por creches (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escolas (para crianças de 4 a 5 anos). Entre 2013 e 2018, embora se tenha observado um crescimento de 17,6% no número de matrículas nessa etapa de ensino, observou-se um crescimento de apenas 0,9% na população de 0 a 5 anos, conforme dados do IBGE (2018). O relatório estatístico do Censo Escolar 2018 (INEP, 2019) afirma que, no Brasil, o aumento de matrículas no ensino infantil decorreu, principalmente, do aumento de matrículas nas creches, que aumentaram de 1,7 milhão para 2,4 milhões entre 2013 e 2018. Brito *et al.* (2020), por outro lado, atribui esse aumento à obrigatoriedade da matrícula de crianças com 4 anos de idade até o mês de março, a partir de 2013. Essa obrigatoriedade, segundo os autores, é refletida em políticas públicas que visam a ampliação do número de vagas ofertadas na educação infantil. Costa, Silva e Braga (2020), por sua vez, atribuem o aumento no número de matrículas ao aumento de recursos destinados à educação advindo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

(FUNDEB). Esses recursos possibilitaram, conforme os autores, a ampliação do número de crianças matriculadas, o aumento do número de creches e pré-escolas, o aumento da contratação de professores e melhorias na infraestrutura dos estabelecimentos.

Apesar dessa expansão, o número de vagas ainda é inferior à demanda (COSTA; SILVA; BRAGA, 2020). Em 2013, conforme dados do Censo Escolar disponibilizados pelo Inep (2013-2018) e estimativas da população disponibilizadas pelo IBGE (2018a), apenas 30,7% das crianças de 0 a 5 anos estavam matriculadas em escolas municipais ou estaduais. Essa proporção cresceu para 35,7% até 2018, entretanto, ainda é baixo, devendo o número de vagas ser ainda ampliado a fim de alcançar a universalização dessa etapa de ensino (BRITO *et al.*, 2020), mas sem reduzir a qualidade do ensino (SILVA; LIMA, 2019). Por isso, no Brasil, apesar da tendência de declínio da população jovem, investimentos em políticas públicas de educação ainda se fazem necessário, principalmente no âmbito municipal. Todavia, para os municípios de menor porte, a questão fiscal ainda é um empecilho para o financiamento dos serviços de educação (COSTA; SILVA; BRAGA, 2020), o que pode dificultar os investimentos e a contratação de professores e outros profissionais da educação, seja por vínculo estatutário ou temporário.

Conforme dados do Censo Escolar de 2018, no Brasil, neste ano, 52% dos professores possuíam vínculo estatutário. A maior proporção de professores estatutários foi evidenciada na rede de ensino federal (81%), seguida das redes de ensino municipal (65%), estadual (64%) e privada (0%). O número de professores em cada rede de ensino afeta a relação entre o número de alunos e professores em cada etapa de ensino nos âmbitos municipal, estadual, federal e privado. Neste sentido, considerando o quociente entre o número de alunos e o número de professores de escolas municipais, estaduais, federais e privadas, os dados do Censo Escolar de 2018 (INEP, 2018) mostram que, considerando a totalidade dos professores em 2018, a etapa de ensino Infantil é a que apresentou o maior valor para o indicador nos âmbitos municipal e estadual. Nos âmbitos federal e privado os maiores valores são observados nas etapas de ensino técnico.

Esses resultados vão de encontro com a literatura que argumenta que crianças mais jovens demandariam um número de profissionais maior para o seu cuidado/ensino (APRILE; PALOMBI, 1998). Na verdade, essas crianças podem até demandar um número maior de profissionais, entretanto, sendo este o caso, esses resultados mostram que essa demanda não estaria sendo suprida corretamente considerando as idades da população em idade escolar e as etapas de ensino nas quais essa população está inserida.

Com a redução da fecundidade, a taxa de dependência da educação diminui, sendo necessária a utilização de uma quantidade menor de recursos físicos e humanos para obter uma mesma taxa de escolarização (SAAD; MILLER; MARTÍNEZ, 2009). O que se espera, para os próximos anos é que a demanda por profissionais da educação diminua, devido à redução da população em idade escolar e as mudanças na população de trabalhadores dessa categoria. Portanto, é relevante analisar o perfil demográfico dessa população de trabalhadores.

### 2.3 Políticas públicas de saúde

Os serviços públicos de saúde são ofertados por meio do Sistema Único de Saúde, o SUS (BRASIL, 1988). Enquanto aos municípios foi atribuída a competência de fornecer atendimento no âmbito da saúde à população, os Estados e a União ficaram com a responsabilidade de prestar apoio técnico e financeiro aos municípios (BRASIL, 1990). A

provisão e a demanda por esses serviços públicos de saúde devem ser afetadas pelo envelhecimento da estrutura etária da população e pela transição epidemiológica.

Uma das consequências do envelhecimento populacional é o aumento do número de idosos e, conseqüentemente, dos gastos com serviços de saúde, principalmente com pessoas com idades a partir de 80 anos (SAAD; MILLER; MARTÍNEZ, 2009), uma vez que os procedimentos clínicos para a população idosa possuem custos mais elevados, quanto mais envelhecida for a população (RIOS-NETO; MARTINE; ALVES, 2009). Por outro lado, um efeito da transição epidemiológica é a maior carga de doenças crônicas na população, que incidem principalmente nos idosos.

Um efeito da incidência das doenças crônicas é a incapacidade de realizar atividades básicas e, conseqüentemente, a necessidade de receber cuidados de outras pessoas (HARWOOD; SAYER; HIRSCHFELD, 2004) da família ou de pessoas especializadas do sistema de saúde. Assim, a necessidade de cuidados com a saúde aumenta à medida que a idade aumenta. Por isso, os idosos são os que mais recebem cuidados de saúde em relação aos indivíduos com as demais idades, com exceção dos recém-nascidos (MATTHEWS; CHANNON, 2006).

Além disso, mesmo que parcialmente a demanda por cuidados das crianças seja “substituída” pela demanda dos idosos, as crianças são essencialmente dependentes dos cuidados dos pais apenas nos primeiros anos de vida (BRUM; SCHERMANN, 2004), enquanto os idosos, principalmente os que possuem doenças crônicas, podem se tornar dependentes dos cuidados de familiares por períodos prolongados (NERIS, 2011). Com isso, o processo de envelhecimento populacional e transição epidemiológica aumentam a demanda por instituições de longa permanência e asilos (CHAIMOWICZ; GRECO, 1999), a necessidade de utilização de serviços de saúde e, por conseguinte, a demanda por profissionais de saúde (MATTHEWS; CHANNON, 2006). Neste sentido, os dados DataSus entre 2007 e 2018 mostram que nos âmbitos federal e estadual as proporções de profissionais de saúde se mantiveram quase constantes no período analisado. No âmbito privado, a proporção de profissionais passou de 47% para 52%. No âmbito municipal, essa medida declinou, passando de 39% para 33%.

Campoy *et al.* (2020) observaram um crescimento mais significativo nos profissionais de saúde do setor privado do que do setor público. Os autores atribuem esses diferenciais a crises econômicas e medidas fiscais que limitam os gastos com políticas públicas de saúde. A Emenda Constitucional (EC) nº 95, por exemplo, é uma barreira a investimentos e contratações no sistema de saúde pública (CAMPOY *et al.*, 2020) e pode limitar investimentos e inibir contratações de profissionais da área, fazendo com que a participação do setor privado cresça ainda mais.

Além disso, os dados do DataSus mostram que, no Brasil, entre 2007 e 2018, o número de profissionais técnicos de enfermagem, enfermeiros e dentistas foram os que mais apresentaram crescimento ao longo desses anos. Os farmacêuticos e auxiliares de enfermagem apresentaram declínio, enquanto os demais profissionais mantiveram-se quase constantes ao longo do período apresentado. Viacava *et al.* (2018) atribui a evolução do quantitativo de profissionais de saúde, com destaque para os enfermeiros dentistas e médicos, às políticas públicas de saúde: Programa Mais Médicos e Programa Nacional de Atenção Básica. Entretanto, esse crescimento foi mais significativo no setor privado.

O DataSus disponibiliza o número de médicos por especialidades. Entre 2007 e 2018, houve também um aumento considerável do número de médicos de “outras especialidades” (de 254 mil para 473 mil), em que se encontram os gerontólogos, especialistas em saúde na

velhice. Ademais, a especialidade que apresentou importante crescimento em seu volume de profissionais foi a de clínico geral (126 mil para 238 mil). As demais especialidades mantiveram-se quase constantes ao longo do tempo. Mourão Netto *et al.* (2018) atribuem o aumento no número de médicos no Brasil a políticas públicas de saúde que incentivaram maiores investimentos nessa área, tais como o Programa Mais Médicos (PMM). Segundo os autores, o PMM possibilitou o aumento do número de médicos disponíveis, impulsionou a expansão de vagas em cursos de medicina, aumentou disponibilidade de consultas médicas e melhorou a estrutura física das unidades básicas de saúde. Com isso, conforme Viacava *et al.* (2018), a razão de médicos a cada mil habitantes aumentou porque o número de médicos cresceu de forma mais acelerada que a população. Todavia, o que se observa é que mesmo com o programa mais médicos, há uma preferência desses profissionais pela Saúde Suplementar, devido a questões salariais, o que fez com que o crescimento desses profissionais fosse mais significativo no setor privado (CAMPOY *et al.*, 2020).

Com o crescimento da população idosa, a demanda por serviços de saúde gerontológicos ganha notoriedade (RIVADENEIRA, 2000). A demanda por creches, escolas de educação infantil e serviços obstétricos e pediátricos tende a diminuir (JANNUZZI; PASQUALI, 1999; TUIRÁN, 2002). Em contrapartida, a demanda por serviços de recreação para idosos, serviços gerontológicos, geriátricos e especializados em saúde na velhice tende a aumentar devido ao aumento no número de idosos. Essas alterações tendem a modificar a relação entre o número de profissionais na área de saúde e o número de habitantes de determinada população. Observa-se, com isso, que é relevante observar o perfil da população de trabalhadores nessa área, uma vez que o envelhecimento da população tende a afetar tanto a demanda, quanto a oferta por profissionais de saúde.

#### **2.4 Quadro de trabalhadores ativos no setor público municipal**

No Brasil, o número de servidores públicos (incluindo os das administrações direta e indireta) representa cerca de 11% do número total de trabalhadores OCDE (2010). De acordo com a OCDE (2010), esse percentual está bem abaixo do percentual médio (22%) apresentado pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com Lassance (2017), no Brasil, em relação à população total, 3,20% dos indivíduos são servidores públicos municipais, enquanto 1,58% e 0,35% são estaduais e federais, respectivamente. Esse número maior de servidores públicos dos municípios em relação aos estados e a União, é explicado pelo fato de os municípios serem os responsáveis pela execução da maior parte dos serviços públicos e políticas sociais (LASSANCE, 2017). O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010) considera que o número de servidores públicos no Brasil deve continuar a aumentar, desde que justificado esse aumento pela melhoria dos serviços públicos prestados.

A contratação de servidores públicos estatutários ocorre por meio de concursos públicos (PESSOA *et al.*, 2009) e garante a esses servidores a característica de estabilidade, entre outras diferenças em relação aos demais trabalhadores, que são contratados por meio de contratações temporárias. O presente estudo analisa os trabalhadores do setor público municipal (estatutários e demais trabalhadores). De acordo com dados da base Munic (IBGE, 2019), para o período entre 1999 a 2018, o número de servidores estatutários municipais no Brasil passou de mais de 2 milhões, em 1999, para mais de 4 milhões, em 2018. No caso dos não estatutários, esse número passou de mais de 1 milhão em 1999 para quase 2,5 milhões em 2018. O número de servidores estatutários municipais apresentou crescimento linear desde 1999, apresentando um pequeno declínio entre 2017 e 2018, período no qual o número de trabalhadores não estatutários volta a crescer (pois havia apresentado um declínio entre 2015 e



2017). Observou-se também que a população total, neste período, cresceu, mas em ritmo menos acelerado que a população de trabalhadores do setor público municipal, uma vez que a proporção de trabalhadores do setor público municipal em relação à população total aumentou ao longo do período analisado.

No caso do Brasil, o aumento do funcionalismo público pode ser justificado historicamente no passado, tendo como objetivo a melhoria de serviços públicos como saúde e educação (OCDE, 2010). Lopez e Guedes (2020) acreditam que existe uma tendência de contratação meritocrática no serviço público, por meio de concursos públicos. Isso fez com que o número de servidores estatutários crescesse de forma mais acelerada que o de não estatutários, que chegou a decrescer em 2017. De acordo com os autores, isso indica uma profissionalização dos serviços locais, por meio da contratação de servidores estatutários.

De acordo com Júnior e Nogueira (2011), a expansão da ocupação do setor público municipal mostra que cada vez mais os serviços públicos são prestados no âmbito municipal. A expansão do emprego público municipal é resultado da municipalização e descentralização de serviços públicos como saúde, educação e assistência (CARVALHO, 2011; JÚNIOR; NOGUEIRA, 2011). Ocorre que, com a descentralização a partir da Constituição de 1988, os municípios passaram a ser responsáveis por parte significativa dos serviços públicos prestados à população. Além disso, na década de 1990, o aumento do número de trabalhadores no setor público pode ser explicado pela universalização de serviços sociais básicos após a Constituição de 1988 e pela criação de novos municípios após 1988 (CARVALHO, 2011). Esses períodos de alto volume de contratação (nas décadas de 1990 e 2000) podem, também, ser impulsionados por elevado quantitativo de aposentadorias no período, demandando reposição dos servidores estatutários (JÚNIOR; NOGUEIRA, 2011).

Outro fator que tem significativa influência nas contratações de trabalhadores no setor público é a situação econômica do ente federativo. Em momentos de expansão econômica, os governos tendem a aumentar seus gastos, tanto com investimentos quanto com a contratação de pessoal; já em momentos de crises, a tendência é que esses gastos sejam contidos pelos governantes (JÚNIOR; NOGUEIRA, 2011). Com isso, os momentos de crise/expansão econômica também afetam a contratação de recursos humanos e, conseqüentemente, sua estrutura etária futura.

Ademais, o uso da tecnologia também pode exercer importante papel dentro das organizações. Por meio das inovações tecnológicas, é possível mecanizar, agilizar e aperfeiçoar a execução de processos. Por outro lado, o uso dessas inovações pode tornar a mão-de obra de alguns serviços obsoleta (BARBOSA *et al.*, 2020), o que reduziria a demanda por profissionais, devido à sua substituição total e parcial por artifícios tecnológicos. Entretanto, alguns serviços específicos não podem (nem devem) ser substituídos totalmente por esses recursos, como no caso dos serviços de saúde: a tecnologia auxilia o trabalho dos profissionais dessa área, mas não os substitui totalmente. Nos diversos setores da economia, por exemplo, a utilização da Tecnologia da Informação (TI) é refletida na redução dos postos de trabalho, todavia, no setor de saúde, mesmo com essas práticas, o número de profissionais aumentou (VIACAVA *et al.*, 2018).

Observa-se que, além de ser afetada por fatores demográficos, a contratação e oferta de trabalhadores no setor público municipal tende a ser afetada por outros fatores. Por meio dos resultados do presente estudo, foi possível identificar o perfil dos trabalhadores do setor público municipal. Esses resultados podem servir de subsídio para a formulação de políticas públicas, no que diz respeito à gestão de recursos humanos no âmbito do serviço público municipal.

### 3 MÉTODO

As fontes de dados utilizadas neste estudo foram a Relação Anual de Informações Sociais do ano de 2018 (RAIS, 2018), base de dados Munic (IBGE, 2019) e a Demonstração do Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) (SPREV, 2020). Apesar de ser uma importante fonte de informações, a base de dados da Rais (2018) apresenta algumas limitações devido a informações preenchidas de forma incorreta. Foi para corrigir essas informações que a DRAA (SPREV, 2020) e a Munic (IBGE, 2019) foram utilizadas.

Para corrigir as informações incorretas da Rais (2018), foram utilizadas informações consideradas corretas do próprio banco de dados da Rais (2018). Para as variáveis idade e tempo de emprego, substitui-se as observações incorretas utilizando o método de imputação de tendência central (neste caso, utilizou-se a mediana). Para a variável categoria profissional, criada com base na classificação brasileira de ocupações, as observações com erros foram imputadas com base nas proporções de indivíduos, em cada classe da variável, observadas anteriormente. Adicionalmente, corrigiu-se o tamanho e a composição das populações de servidores estatutários municipais com o auxílio dos dados da base de dados Munic (IBGE, 2019) e DRAA (SPREV, 2020).

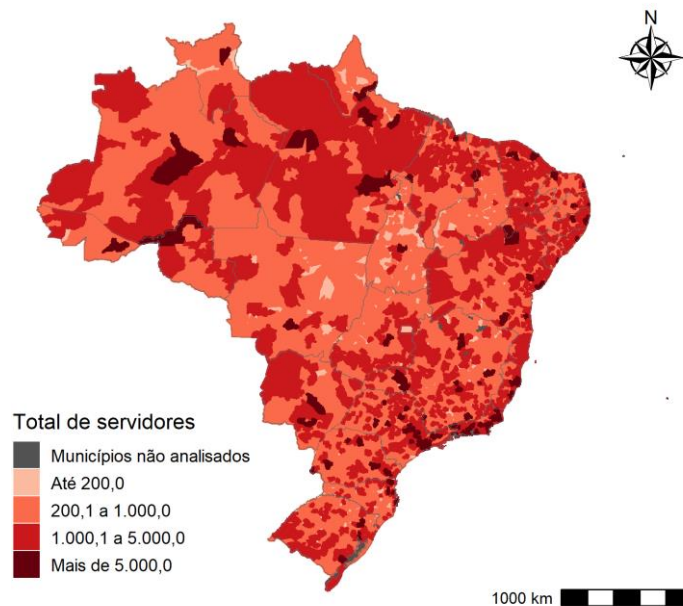
Com isso, foi possível identificar um quantitativo de 5.469.154 trabalhadores no setor público municipal, distribuídos por 5.548 municípios. Do total de trabalhadores, 4.891.230 milhões eram estatutários e 577.924 não eram estatutários. 34,5% (1.888.258) eram homens e 65,5% (3.580.896) eram mulheres. Os indivíduos foram divididos em três categoria profissionais, conforme a nomenclatura do cargo exercido: Educação, com 1.691.633 indivíduos (30,9%), Saúde (17,9%), com 976.594 indivíduos, e Outros, com 2.800.927 indivíduos (51,2%). Além disso, os indivíduos foram classificados em professores e não professores. Constatou-se, com isso, que 27,6% (1.508.482) dos indivíduos eram professores e 72,4% (3.960.582) não o eram.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados da Rais (2018), após as correções do tamanho da população por meio dos Dados da Munic (IBGE, 2019) e DRAA (SPREV, 2020), tornou-se possível analisar as informações de 5.548 municípios que possuíam trabalhadores públicos municipais em 2018, gerando um volume de 5.469.154 trabalhadores do setor público municipal. Os municípios não apresentados nos mapas desta seção são aqueles que não possuíam informações disponíveis na Rais (2018).

A Figura 1 apresenta o número de trabalhadores do setor público municipal por município. Os municípios que possuíam os maiores números de trabalhadores do setor público municipal em 2018 eram São Paulo-SP (141.888), Rio de Janeiro-RJ (94.762), Belo Horizonte-MG (49.776), Goiânia-GO (43.059) e Fortaleza-CE (36.668). Os municípios que apresentaram as menores quantidades de trabalhadores do setor público municipal reportados pela Rais (2018) foram São Roberto-MA, Coluna-MG, Marajá do Sena-MA, Babaçulândia-TO e Pedro Velho-RN, todos com apenas 1 trabalhador do setor público municipal.

Figura 1 – Número de trabalhadores do setor público municipal segundo dados da Rais, por município brasileiro, 2018

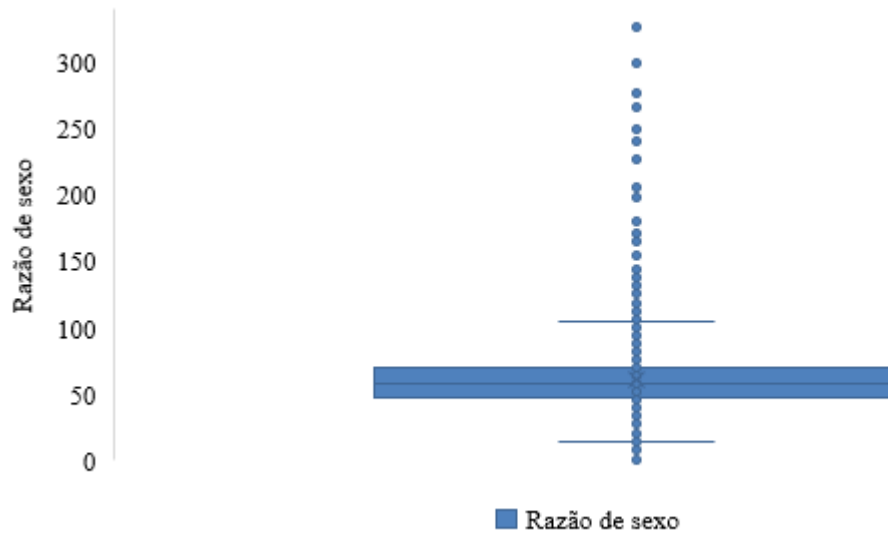


Fonte: Rais, 2018

Do total de 5.469.154 trabalhadores do setor público municipal, 34,5% são homens (1.888.258) e 65,5% são mulheres (3.580.896). Esses diferenciais entre os sexos são corroborados em Júnior e Nogueira (2011), que afirmam que nos âmbitos municipal e estadual a maior proporção de mulheres pode ser explicada pela predominância destas em funções atribuídas aos estados e aos municípios, como saúde, educação e assistência.

Por meio do Gráfico 1 observa-se a dispersão das razões de sexo dos trabalhadores do setor público municipal em cada município. Os valores das razões de sexo foram multiplicados por 100. A razão de sexo foi calculada por meio do quociente entre o quantitativo de servidores do sexo masculino e o quantitativo de servidores do sexo feminino. As razões de sexo variam de 0 a 4.866, com média igual a 63 e mediana igual a 58 homens para cada 100 mulheres. O maior valor de razão de sexo foi observado em Atalaia-AL (4.866) – indicando que a cada 100 trabalhadoras do setor público municipal existiam 4.866 trabalhadores do setor público municipal neste município e os menores valores foram observados em municípios que não possuem trabalhadores do setor público municipal do sexo masculino (19 municípios). Em 8 municípios não havia trabalhadores do setor público municipal do sexo feminino. Devido à influência dos *outliers*, optou-se por apresentar o Gráfico 1 sem algumas observações que interferiam na apresentação gráfica das observações (observações iguais a zero e maiores que 400). Ressalta-se que razões de sexo com valores muito elevados podem indicar erros na declaração de sexo de alguns trabalhadores do setor público municipal. Entretanto, neste estudo, não foram realizadas análises de declaração de sexo.

Gráfico 1 - Dispersão das razões de sexo dos trabalhadores do setor público municipal segundo dados da Rais, por município brasileiro, 2018



Fonte: Rais, 2018

No que diz respeito à idade dos trabalhadores do setor público municipal, no Gráfico 2 são apresentadas as idades médias dos trabalhadores do setor público municipal por categoria e por sexo em cada município analisado. Esses valores afetam o quantitativo de trabalhadores do setor público municipal no futuro, uma vez que quanto mais envelhecida a população de trabalhadores do setor público municipal em determinada categoria, maior tende a ser o número de trabalhadores do setor público municipal que sairão do estado de ativo, afetando, assim, a necessidade de contratação de novos trabalhadores do setor público municipal.

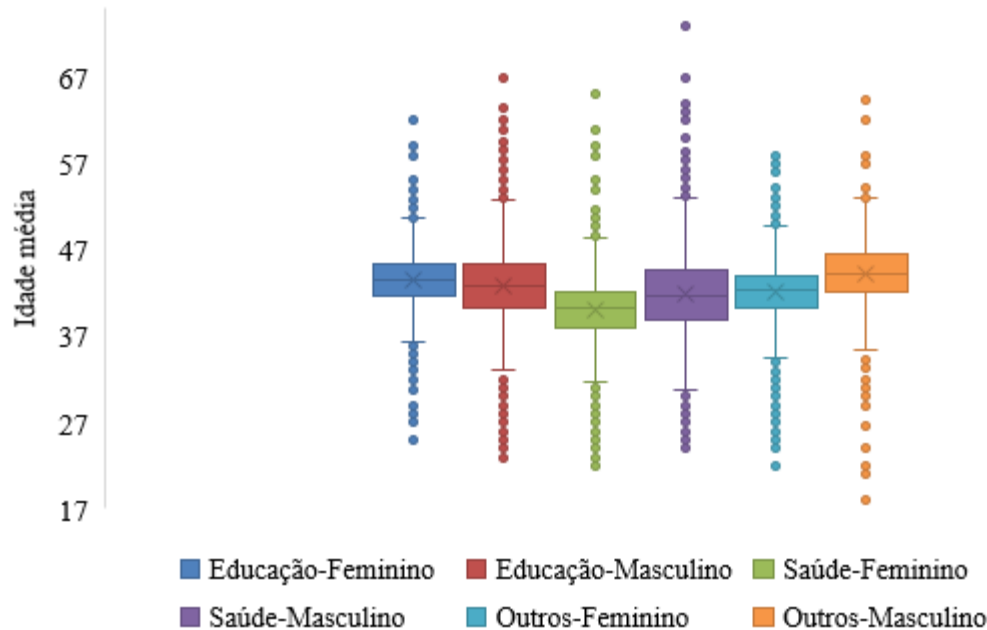
Na categoria Educação, entre os trabalhadores do setor público municipal do sexo feminino, a idade média por município varia entre 25 e 43 anos. Para este sexo, a mediana dos valores foi de 44 anos e 50% dos valores concentravam-se em torno de 4 idades: entre 42 e 45 anos. O maior valor foi identificado no município de Curionópolis-PA e o menor valor foi evidenciado no município de São João D'Álvia-GO. Entre os trabalhadores do setor público municipal do sexo masculino, a idade média variava entre 23 e 67 anos (referente aos municípios de Santana de Cataguases-MG e São Sebastião do Maranhão-MG, respectivamente). A mediana dos valores foi de 43 anos e 50% dos valores concentravam-se entre 40 e 45 anos.

Na categoria Saúde, considerando as mulheres, os municípios que apresentaram o menor e o maior valor foram Tanhaçu-BA (22 anos) e São Félix do Xingu-PA (65 anos). A mediana dos valores foi de 40 anos e 50% dos valores estavam concentrados entre 38 e 40 anos. Considerando os homens, Santa Efigênia de Minas-MG (24 anos) e Gravatá-PE (73) apresentaram o menor e o maior valor, respectivamente. A mediana dos valores foi de 42 anos e 50% dos valores concentravam-se entre 39 e 45 anos.

Na categoria Outros, considerando o sexo feminino, a menor idade média foi evidenciada no município de São Martinho-RS (22 anos), enquanto a maior idade média foi evidenciada no município de Alto Caparaó-MG (58). A mediana dos valores foi de 42 anos e 50% dos valores concentravam-se em torno de 40 e 44 anos. Considerando os trabalhadores do setor público municipal do sexo masculino, nessa categoria, os municípios que

apresentaram a menor e a maior idade média foram Saboeiro-CE (18 anos) e São Martinho-RS (65). A mediana dos valores foi de 44 anos e 50% dos valores estavam concentrados entre 42 e 46 anos.

Gráfico 2 - Idade média dos trabalhadores do setor público municipal, por categoria profissional e sexo, por município brasileiro, 2018



Fonte: Rais, 2018

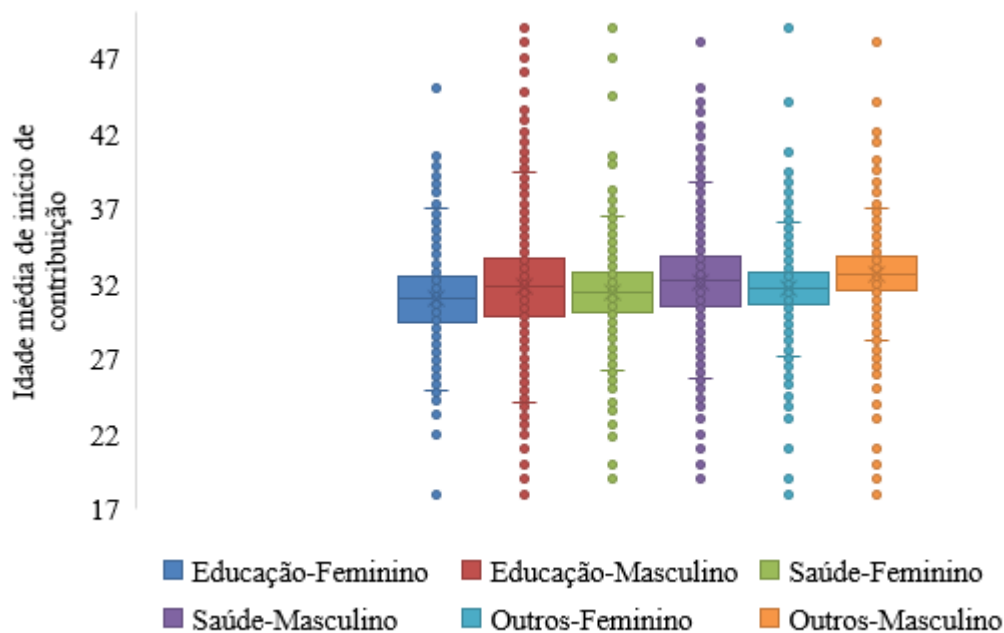
Além de ser afetada pela idade atual do trabalhador, a idade de aposentadoria também é afetada pela idade de início de contribuição. O Gráfico 3 apresenta a distribuição das idades médias de início de contribuição por município e sexo. Considerando as mulheres da categoria Educação, têm-se que a menor e a maior idade média de início de contribuição foram observadas nos municípios de Roncador-PA (18) e Primeira Cruz-MA (45), nesta ordem. Para o Brasil, a mediana desses valores foi de 31 anos e 50% dos valores variava entre 29 e 33 anos. Considerando os homens dessa categoria, o menor e o maior valor para a idade média de início de contribuição foram identificados nos municípios de Mirador-PA (18) e Lupianópolis-PA (49). A mediana desses valores, para o Brasil, foi de 32 anos e metade dos valores variavam entre 30 e 34 anos.

Na categoria Saúde, considerando apenas as mulheres, o menor e o maior valor para a idade de início de contribuição foram 19 e 49 anos, referentes aos municípios de Girau do Ponciano-AL e São Félix do Xingu. A mediana dos valores, para o Brasil, foi de 31 anos e 50% dos valores concentravam-se entre 30 e 32 anos. Considerando os homens dessa categoria, a menor idade média de início de contribuição foi observada no município de Nova Venécia-ES (19), enquanto a maior idade média de início de contribuição foi identificada no município de Ângulo-PA (48). A mediana dos valores, entre os municípios brasileiros, foi de 32 anos e metade dos valores variavam entre 30 e 34 anos.

Considerando as mulheres da categoria Outros, a menor idade média de início de contribuição evidenciada foi de 18 anos (pelo município de Santa Tereza-RS), enquanto o

maior valor identificado foi de 49 anos (no município de Ibirama-SC). Em todo o Brasil, a mediana desses valores foi de 32 anos e metade dos valores concentravam-se entre 31 e 33 anos. Ao analisar apenas os homens dessa categoria, observou-se que o menor valor para a idade média de início de contribuição foi de 18 anos e o maior valor foi de 48 anos, identificados nos municípios de Saboeiro-CE e São Vicente de Minas-MG, respectivamente. Para o Brasil como um todo, a mediana desses valores foi de 33 anos e 50% dos valores variavam entre 32 e 34 anos.

Gráfico 3 - Idade média de início de contribuição dos trabalhadores do setor público municipal, segundo dados da Rais, por município brasileiro, 2018



Fonte: Rais, 2018

A Tabela 1 apresenta o número de trabalhadores do setor público municipal por categoria profissional, segundo a CBO e a Rais (2018). A categoria mais frequente segundo essa classificação é a categoria Outros, enquanto a menos frequente é a Saúde. Dentro da categoria Educação, foi possível identificar os trabalhadores do setor público municipal que eram professores e então classificar esses trabalhadores como professores ou não professores, classificação necessária pois os professores têm critérios de elegibilidade à aposentadoria diferenciado.

Evidencia-se que 72,4% dos trabalhadores do setor público municipal não são professores, enquanto 27,6% são professores. Além disso, a grande maioria dos professores municipais são mulheres, cerca de 83%. Esses resultados têm impacto nos resultados do presente estudo, pois as regras de aposentadoria possuem diferenciais por sexo. Além disso, os professores tornam-se elegíveis ao benefício de aposentadoria com um tempo de contribuição inferior em 5 anos em comparação aos demais trabalhadores. Com isso, a tendência é a de que as mulheres professoras adquiram o direito à aposentadoria antes dos demais trabalhadores do setor público municipal, considerando as demais variáveis constantes.

Tabela 1– Número e percentual de trabalhadores do setor público municipal por categoria profissional, segundo dados da Rais, classificação CBO-2002, Brasil, 2018

Classificação nas categorias profissionais						
Categoria	Feminino	(%)	Masculino	(%)	Total	(%)
<b>Educação</b>	1.408.173	25,7	283.460	5,2	1.691.633	30,9
<b>Saúde</b>	714.283	13,1	262.311	4,8	976.594	17,9
<b>Outros</b>	1.458.440	26,7	1.342.487	24,5	2.800.927	51,2
<b>Total</b>	<b>3.580.896</b>	<b>65,5</b>	<b>1.888.258</b>	<b>34,5</b>	<b>5.469.154</b>	<b>100,0</b>

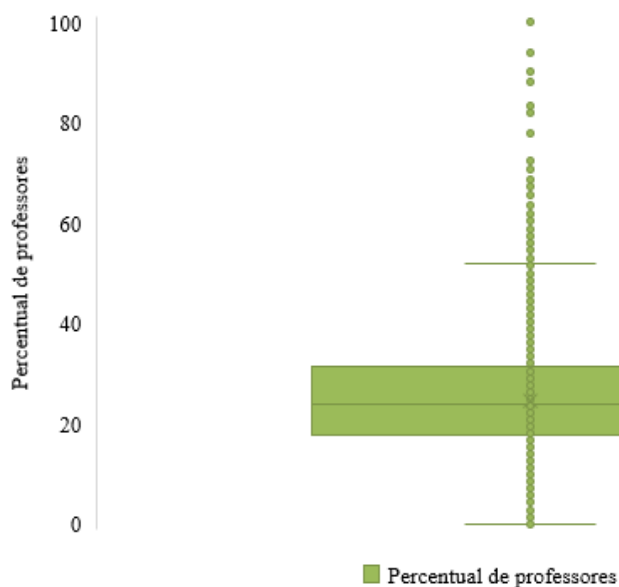
  

Classificação dos professores						
Condição de professor	Feminino	(%)	Masculino	(%)	Total	(%)
Professor	1.256.569	23,0	252.003	4,6	1.508.572	27,6
Outros	2.324.327	42,5	1.636.255	29,9	3.960.582	72,4
<b>Total</b>	<b>3.580.896</b>	<b>65,5</b>	<b>1.888.258</b>	<b>34,5</b>	<b>5.469.154</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Rais, 2018

Os percentuais de professores variam de 0 a 100% entre os municípios. A distribuição desses percentuais nos municípios, conforme segundo CBO e Rais (2018), é apresentada no Gráfico 4. Tanto a média quanto a mediana desses valores foram de 24% e metade dos valores concentram-se entre 18 e 31%. O único município com um percentual de professores de 100% foi Heitorai-GO.

Gráfico 4 – Percentual de professores em relação à população total de trabalhadores do setor público municipal segundo dados da Rais, por município brasileiro, 2018



Fonte: Rais, 2018

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o perfil da população de trabalhadores do setor público municipal no Brasil em 2018. Para a análise do número de trabalhadores do setor público municipal, utilizou-se dados de trabalhadores do setor público municipal da Rais (2018) ajustados pelos dados do DRAA (SPREV, 2020), da Secretaria de Previdência, e da base Munic (IBGE, 2019).

Os principais resultados mostram que em 2018, no Brasil, havia um quantitativo de mais de 5,4 milhões de trabalhadores no setor público municipal, distribuídos por mais de 5,5 mil municípios. Constatou-se, além disso, que mais 65% desses trabalhadores eram do sexo feminino e quase 35% eram do sexo masculino. Foi possível agrupar os trabalhadores em categorias profissionais, de modo que 30,9% pertenciam à categoria Educação, 17,9% pertenciam à categoria Saúde e 51,2% pertenciam à categoria Outros. Além disso, 27,6% dos indivíduos eram professores. Verificou-se também as categorias profissionais em que os trabalhadores possuíam as maiores idades médias, idades médias de início de contribuição e percentual de professores.

Por fim, considera-se importante a contribuição da discussão proposta neste estudo. Espera-se que os resultados deste artigo possam servir de subsídio para a formulação de políticas públicas de contratação de trabalhadores no âmbito do setor público municipal, à luz das mudanças demográficas vivenciadas por esses trabalhadores.

## 6 REFERÊNCIAS

- APRILE, R.; PALOMBI, M. **Demographic trends and teaching staff costs: the case of Italy**. *Genus*, v. 54, n. 3/4, p. 265–284, 1998.
- BARBOSA, A. D. C. et al. **Informatização do trabalho: A substituição do trabalhador por máquinas e seus impactos na QVT**. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, v. 3, n. 1, p. 45–50, 18 jun. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República. 1990.
- BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Texto para discussão nº 318. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, p. 28, 2007.
- BRITO, F. DO S. D. et al. **Quantitativo de Matrículas da Educação Infantil na Rede Pública, no período de 2015 à 2018, no Estado do Amapá, Brasil**. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1–14, 16 jun. 2020.



BRUM, E. H. M. DE; SCHERMANN, L. **Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, p. 457–467, jun. 2004.

CAMPOY, L. T. et al. **A distribuição espacial e a tendência temporal de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde e para a Saúde Suplementar, Brasil, 2005 a 2016.** *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 2, maio 2020.

CARVALHO, E. D. P. DE. **Emprego público e ocupações no serviço público municipal nos anos 2000.** *Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro, Série Diálogos para o Desenvolvimento*. v. 5, p. 287–308, 2011.

CHAIMOWICZ, F.; GRECO, D. B. **Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, Brasil.** *Revista de Saúde Pública*, v. 33, n. 5, p. 454–460, out. 1999.

COSTA, J. T. DE P.; SILVA, F. R.; BRAGA, D. S. **Repercussões do Fundeb no Acesso e na Oferta da Educação Infantil: um estudo de caso.** *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, v. 10, n. 25, p. 1–22, 1 out. 2020.

FERNANDES, F.; GONÇALVES, G. Q.; SANTOS, R. O. DOS. **Padrão espacial por municípios das variações de fecundidade e mortalidade no Brasil entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010.** In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN E XX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. ALAP/ABEP. Foz do Iguaçu/PR-Brasil, 2016. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/xxencontro/files/\\_paper/870-868.pdf](http://www.abep.org.br/xxencontro/files/_paper/870-868.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2020

HARWOOD, R. H.; SAYER, A. A.; HIRSCHFELD, M. **Current and future worldwide prevalence of dependency, its relationship to total population, and dependency ratios.** *Bulletin of the World Health Organization*, v. 82, n. 4, p. 251–258, abr. 2004.

IBGE. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros: 2018.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019.

INEP. **Notas estatísticas - Censo Escolar 2018.** Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação, jan. 2019.

JANNUZZI, P. D. M.; PASQUALI, F. A. **Estimação de demandas sociais futuras para fins de formulação de políticas públicas municipais: notas para discussão.** *Revista de Administração Pública*, v. 33, n. 2, p. 75–94, 1999.

JÚNIOR, J. C. C.; NOGUEIRA, R. P. **Ocupação no setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto.** *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 3, p. 237–260, 2011.

LASSANCE, A. **O serviço público federal brasileiro e a fábula do ataque das formigas gigantes.** Texto para Discussão, n.º. 2287, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, p. 39, 2017.

LOPEZ, F.; GUEDES, E. **Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017).** Texto para Discussão, 7 ago. 2020.

MARTINS, P. DE S. **O financiamento da educação básica como política pública.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 26, n. 3, 2010.

MATTHEWS, Z.; CHANNON, A. **Will there be enough people to care? Notes on workforce implications of demographic change 2005–2050.** World Health Organization: Geneva, Switzerland, 2006.

MEDEIROS, K. R. DE et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1759–1769, jun. 2017.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. DA C. G.; SILVA, A. L. A. DA. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras.** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 19, n. 3, p. 507–519, 2016.

MORALES, M. L. G. **Cambios demográficos y su impacto en las demandas educativas en Honduras. Período 2006 y 2011.** Dissertação (Mestrado em demografia)—Honduras: Universidad Nacional Autónoma de Honduras. Facultad de Ciencias Sociales. Maestría en Demografía y Desarrollo, 2015.

MOREIRA, M. DE M. **O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 1, p. 79–94, 2014.

MOURÃO NETTO, J. J. et al. **Programa Mais Médicos e suas contribuições para a saúde no Brasil: revisão integrativa.** *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, p. e2, 7 jun. 2018.

NERIS, M. DE S. M. **Atendimento em centro-dia para idosos em situação de dependência: alternativa de serviço da Política Nacional de Assistência Social?** Dissertação (Mestrado profissional em saúde pública)—Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2011.

NIELSEN, R. W. **Demographic Transition Theory and its link to the historical economic growth.** *Journal of Economics and Political Economy*, v. 3, n. 1, p. 32–49, 2016.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Avaliação da gestão de recursos humanos no governo - Relatório da OCDE: Brasil 2010.** Brasil: Governo federal, 2010. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B2x9ceM2qFcea3VDQ3BSUFVqYkU/view?usp=sharing&usp=embed\\_facebook](https://drive.google.com/file/d/0B2x9ceM2qFcea3VDQ3BSUFVqYkU/view?usp=sharing&usp=embed_facebook)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PAIVA, P. DE T. A.; WAJNMAN, S. **Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 303–322, dez. 2005.

PESSOA, E. et al. **Emprego público no Brasil: comparação internacional e evolução.** *Comunicado da Presidência do Ipea*, p. 17, 30 mar. 2009.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.** Brasília: Ministério da Economia, 2018.

RIOS-NETO, E. L. G.; MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas.** *Demografia em debate.* Belo Horizonte: ABEP: UNFPA: CNPD, v. 3, p. 196, 2009.

RIVADENEIRA, L. **Insumos sociodemográficos en la gestión de políticas sectoriales.** 11. ed. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Centro latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) - División de Población de la CEPAL, 2000.

SAAD, P. M.; MILLER, T.; MARTÍNEZ, C. **Impacto de los cambios demográficos en las demandas sectoriales en América Latina**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 2, p. 237–261, dez. 2009.

SANTOS, C. H. M. DOS et al. **A Dinâmica do déficit dos regimes próprios de previdência dos estados brasileiros nos anos 2006-2015**. Nota Técnica. Carta de Conjuntura N° 34, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, p. 33, 2017a.

SANTOS, C. H. M. DOS et al. **Crescimento dos gastos com pessoal ativo e inativo dos estados brasileiros entre 2006–2016**. Nota Técnica II. Carta de Conjuntura N° 37, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, p. 23, 2017b.

SCHETTINI, B. P.; PIRES, G. M. V.; SANTOS, C. H. DOS. **Previdência e reposição no serviço público civil federal do poder executivo: Microsimulações**. Texto para Discussão, n° 2365, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

SILVA, P. R. S. E; LIMA, P. G. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: dimensões da oferta, acesso e qualidade**. Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 2, p. 640–656, 23 dez. 2019.

SPREV. **DRAA - Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial**. Estatísticas da População Coberta. Brasília-DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SPREV, 2020.

TUIRÁN, R. **Intervención en la inauguración de la maestría en Gerontología Social**. Documentos de la Secretaría de Desarrollo Social, 2002.

VIACAVA, F. et al. **SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 1751–1762, jun. 2018.

## 7 AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa. Além disso, destaca-se que este estudo é parte da dissertação de mestrado da primeira autora.